



Revista de Políticas Públicas

E-ISSN: 2178-2865

revistapoliticaspUBLICAS@ufma.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Congilio, Celia Regina
MINERAÇÃO, TRABALHO E CONFLITOS AMAZÔNICOS NO SUDESTE DO PARÁ
Revista de Políticas Públicas, julho, 2014, pp. 195-199
Universidade Federal do Maranhão
São Luís, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

MINERAÇÃO, TRABALHO E CONFLITOS AMAZÔNICOS NO SUDESTE DO PARÁ

Celia Regina Congilio

Universidade Federal do Pará (UFPA)

MINERAÇÃO, TRABALHO E CONFLITOS AMAZÔNICOS NO SUDESTE DO PARÁ

Resumo: O artigo analisa os processos contemporâneos de ocupação amazônica, tendo como referência a atividade mineradora no sudeste paraense - mais especificamente a concentrada no entorno do município de Marabá - e os conflitos gerados pela forma predatória dessa cadeia produtiva (mineração – carvão - siderurgia – ferro e aço), que expulsa camponeses e ribeirinhos das terras em que antes produziam e reproduziam suas existências. Consta que tais ações provocam urbanizações caóticas, em ações (in)civilizatórias nas quais a noção idealizada de progresso traz o significado real de expansão do capital, morte e devastação.

Palavras-chave: Estado, mineração, capitalismo, socialismo.

MINING, WORK AND AMAZONIAN CONFLICTS IN THE SOUTHEASTERN OF PARÁ

Abstract: The article analyzes the contemporary processes of Amazonian occupation, having as reference the mining activity in southeast Pará – specifically the concentrated in the vicinity of the city of Marabá - and the conflicts generated by the predatory way of this production chain (mining - coal – steel mill - iron and steel) which expels peasants and riparian which were previously produced and reproduced their existences. Notes that these actions produce chaotic urbanization, (in) civilizational actions which idealized notion of progress brings the real meaning of capital expansion, death and devastation.

Keywords: State, mining, capitalism, socialism.

Recebido em 21.11.2013. Aprovado em 06.01.2014

1 INTRODUÇÃO

A atividade mineradora no sudeste paraense, mais especificamente a concentrada no entorno do município de Marabá, centro econômico e administrativo de uma vasta região da fronteira agrícola amazônica, tem se colocado como elemento importante de pesquisa devido aos grandes impactos socioeconômicos, políticos e ambientais que provocam na região e, especialmente, pela importância do minério no momento atual da crise econômica pela qual passam o capitalismo e as dinâmicas de exploração dos recursos naturais existentes nessa região.

Inúmeros são os efeitos que a expansão do capitalismo, em nome do que chamam progresso, mas que também poderíamos chamar de morte, trazem para a região amazônica: devastação das florestas; aniquilação de comunidades tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas entre outros); destruição da agricultura familiar e envenenamento alimentar pelos agrotóxicos do agronegócio; processos migratórios que originam urbanizações caóticas e que servem à formação de força de trabalho em condições precarizadas, expansão do narcotráfico, da prostituição infanto-juvenil, alta mortalidade de jovens das periferias, alvos do crime organizado e das milícias, e por aí afora.

Como resposta aos movimentos sociais que se organizam para resistir ao longo desses aproximados 40 anos de implantação dos grandes projetos induzidos pelo aparato estatal para a expansão do capitalismo na região, tem-se - passando pela ditadura militar aos governos intitulados democráticos (de Sarney a Dilma) - repressão violenta do Estado, assassinatos por armas privadas sem intervenção do Estado e pelas próprias forças repressivas institucionais¹, processos de cooptação e de desmobilização, campanhas de criminalização, numa prática corriqueira da violência que envolve a participação não apenas do Estado, como também as empresas privadas e o latifúndio nacional e estrangeiro.

A violência para a expropriação de terras para expansão do capital é retratada por Moraes (1999 p. 27), na pesquisa sobre o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, ao analisar a expropriação do campesinato, situação que nos últimos 40 anos se reproduz na Amazônia:

Tal expropriação, culminando com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização nesta região.

Ao tratar sobre os diferentes modelos de reestruturações produtivas e as práticas governamentais de apoio à expansão do capital, discuto o mito do Estado Mínimo, caracterizando o papel do Estado e suas articulações com os propósitos capitalistas por intermédio de duas ações:

Quanto aos recursos financeiros destinados a impulsionar reestruturações produtivas excludentes - determinadas por países hegemônicos de acordo com as normas de competitividade vigentes - e difundidas no país a partir do início da década de 1990 e quanto à difusão do arcabouço ideológico necessário para a implantação das políticas (industriais, econômicas, sociais etc.) que ajustam a economia nacional às necessidades do mercado mundial (CONGILIO, 2004).

Hoje acrescentaria pelo menos mais uma: a prática institucionalizada/banalizadora da violência e criminalização contra qualquer forma de oposição aos processos que implementam o que tem se chamado de Progresso (= morte).

O Progresso, tal como se apresenta, traz uma visão de mundo a partir do grande capital localizado nos países que comandam a economia mundial e em processos civilizatórios que reproduzem etnocentrismos já conhecidos nos períodos coloniais. Expressam, conforme descrito por Dussel (2005), que a civilização moderna é mais desenvolvida e superior, o que obriga aos países *civilizados* desenvolverem os mais primitivos, numa falácia desenvolvimentista que busca justificação para todo o tipo de violência e destruição dos *bárbaros* que se opõem ao processo *civilizatório*. Essa dinâmica assume o caráter de *progresso*, no qual as práticas violentas de repressão e extermínio, bem como o rastro de destruição ambiental que deixam, são tidos como sofrimento inevitável, necessário e benéfico diante de um futuro próspero para todos. Assim, o progresso (= morte) se apresenta como a única forma possível de reprodução da humanidade e com ele devemos nos conformar.

2 MARABÁ NA ROTA DA (IN)CIVILIZAÇÃO

Os últimos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que em 30 anos, considerando apenas o município de Marabá, houve um aumento populacional de cerca de 650%, provocado pela atração dos diversos setores produtivos aí instalados e, entre os quais se destaca a Companhia VALE e suas diversas áreas de extração e beneficiamento de minérios. Com origens das mais diversas localidades (em grande parte do Maranhão), a maioria dessa população é de despossuídos de terra e trabalho, que compõe uma massa de força de trabalho extremamente precarizada e ocupa bairros periféricos insalubres, totalmente ausentes

de políticas sociais que provenham seus moradores de um mínimo de dignidade.

Antes de 1980, a região já vinha passando por uma intensa transformação fundiária, política, econômica e social. Uma acentuada migração já existia nas décadas anteriores a 1960 e 1970. A atividade mineradora e os projetos a ela associados contribuíram, todavia, para manter elevado o fluxo migratório, principalmente, de nordestinos para a região.

Inúmeros são os estudos acadêmicos, sejam enaltecendo os propósitos capitalistas para a região ou de conteúdo crítico, mas, a despeito dos diagnósticos negativos, o capitalismo avança irrefreável, alheio a estudos de impactos e deixando no seu rastro e como marca no presente, os sinais de destruição e uma aparente *boa inserção do Brasil* na balança comercial, colocando o país, em apelos ufanistas, entre as dez maiores economias do mundo, com grande participação do minério extraído das terras ocupadas pela empresa VALE, no sudeste do Pará.

Na impossibilidade de tratar de todas essas questões, o foco das reflexões que aqui propomos é a atividade mineradora para exportação e elementos da cadeia produtiva constituída na indústria siderúrgica - que vai do carvão ao aço - tendo como um dos focos o distrito industrial instalado no final da década de 1980 com a finalidade de criar a base de um polo siderúrgico visando o minério de ferro de Carajás, explorado pela então estatal Companhia Vale do Rio Doce, privatizada no governo de Fernando Henrique Cardoso e hoje denominada Vale S.A.

A indústria mineradora e a siderurgia, compostas pela mineração, respondem na região por duas grandes frentes de atividades predadoras: a atividade industrial das siderúrgicas, alimentadas pelo ferro e pelo carvão extraídos na região levam, por um lado, a uma intensa atividade madeireira e devastação da floresta nativa. Por outro lado, a mineração de lavra tem poluído rios e nascentes e, ao mesmo tempo em que expulsa leva de camponesas, comunidades indígenas e ribeirinhas de suas terras, atrai trabalhadores desempregados de outras regiões, contribuindo para uma acelerada e caótica urbanização.

Sucessivos governos têm incentivado um conjunto variado de atividades exploratórias econômicas (mineração intensiva, indústrias siderúrgicas, exploração madeireira, agropecuária e o agronegócio) sem contrapartida eficiente em políticas sociais e acompanhamento sistemático das relações de trabalho, o que coloca o Pará como o estado campeão de ocorrências de trabalho similar ao escravo. Quem defende a supremacia de um determinado modelo sobre processos de organização do trabalho, afirmamos que a desigual difusão das tecnologias e da distribuição das riquezas permite a convivência de diferentes modelos de reestruturações produtivas - num mesmo setor ou empresa, conforme as condições

mais propícias à valorização do capital. Taylorismos, fordismos e toyotismos; formal, informal, adulto, infantil, masculino, feminino, o capitalismo nutre-se de milhões de seres humanos cotidianamente explorados. Desde a utilização da energia dos moinhos de água, passando pelo carvão e, deste, para os sistemas eletromecânicos, até os computadores modernos, são cerca de trezentos anos de capitalismo, com várias aplicações técnicas e gerenciais para o aumento da produtividade. Novos "modelos de reestruturações produtivas" serão inventados, tendo como substrato a lógica do capital e a desmobilização das organizações dos trabalhadores, como ocorre sempre nos momentos de crise capitalista.

Numa correlação perversa de forças entre os atores sociais envolvidos, as políticas governamentais têm favorecido os grandes empreendimentos econômicos por intermédio de incentivos fiscais, aportes financeiros, alterações legislativas e fiscalização ineficiente das relações de trabalho em detrimento de condições dignas de vivência social para a imensa maioria das populações locais, como relata, entre outros estudiosos sobre a região amazônica, Hébette (2004).

Santos (1996) considera que a chamada globalização ampliou a importância do conceito "território", em parte por causa da competitividade, cujo exercício leva a uma busca desenfreada de maior produtividade. Esta, por sua vez, depende das condições oferecidas nos lugares de produção, circulação e consumo, constituindo alguns territórios mais apropriados para aumentar o lucro, em detrimento de outros. Tais condições são criadas, recriadas, estimuladas ou debilitadas conforme ações decisivas do Estado.

Os processos gerados pela divisão internacional do trabalho aprofundaram as condições contraditórias e desiguais geradas em períodos anteriores de acumulação do capital no Brasil. Trazidos pelos ventos do neoliberalismo, os governos federal e locais paraenses investiram com peso na mineração e no beneficiamento primário do minério, concedendo incentivos fiscais vultosos para as empresas que aqui se instalaram ou privatizando as que já possuíam capacidade de produção.

Os deslocamentos das empresas, apoiados por ações indutoras do Estado, resultaram na região em formas diferenciadas de exploração dos recursos naturais em múltiplos aspectos. Essa segmentação articula-se plenamente com os interesses dos grandes conglomerados empresariais, representados pelas políticas de acumulação contemporâneas. E resultam em impactos sociais enormes, especialmente na composição dos núcleos urbanos do sudeste paraense, que nos últimos anos têm se caracterizado por um grande crescimento em todos os setores de produção públicos e privados, compondo uma rede diversificada de atividades industriais, agropecuárias, extrativistas, de serviços e de infraestrutura que perpassam setores estratégicos em praticamente toda a cadeia produtiva.

Áreas imensas territoriais vêm sendo compradas pela indústria mineradora e desestruturam setores de produção agrícola já constituída pela reforma agrária implantada na região, uma vez que a extração do minério contamina as águas e toda a terra produtiva ao seu redor. Isso, aliado a ausência de uma política efetiva de reforma agrária que dignifique as condições de vida do pequeno agricultor e incentive a permanência do jovem nos assentamentos, faz com que os pequenos produtores vendam seus lotes a preços baixos e migrem para as áreas urbanas em busca de trabalho.

Indicadores revelam que o município de Marabá, que hoje possui cerca de 250 mil habitantes, é o quarto colocado no país em matéria de mortes por violência, especialmente por assassinatos na faixa etária entre 15 e 25 anos do sexo masculino. O município de Itupiranga, com cerca de 50.000 habitantes, se coloca em primeiro lugar nessa mesma estatística (Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2010/>). Ambos os municípios estão localizados no sudeste paraense, próximos ao chamado Bico do Papagaio, onde ocorre o encontro dos Rios Tocantins e Araguaia, região conhecida especialmente pelo acirramento dos conflitos agrários, uma vez que os setores agropecuários e do agronegócio se instalaram violentamente nas áreas rurais, provocando a expulsão de grande leva de camponesas para os perímetros urbanos.

O local já abrigou grupos de resistência à ditadura militar, e corpos desaparecidos nos anos de chumbo são até hoje procurados pelo Grupo de Trabalho Tocantins, criado pelo Ministério da Defesa em abril de 2009, por determinação da 1ª Vara Federal de Brasília. A Justiça, pressionada por grupos nacionais e internacionais de Defesa dos Direitos Humanos e familiares dos desaparecidos, determinou que a União tente encontrar os restos mortais dos envolvidos na Guerrilha do Araguaia, ocorrida há cerca de 40 anos na região.

O fato é que, numa região já marcada pela violência estatal, a questão agrária tem sido resolvida a favor do latifúndio e do grande capital, na mesma medida em que se intensifica a expulsão de uma força de trabalho excedente para as cidades. Políticas sociais redistributivas das imensas riquezas extraídas são insuficientemente pautadas pelos governos e ocorre crescente deterioração dos serviços públicos, expressa, sobretudo, na enorme desassistência aos jovens e crianças oriundos da classe trabalhadora. Isso se torna visível quando se percebe o precário atendimento a este segmento nos núcleos urbanos da região. A heterogeneidade nas formas de distribuição e processamento do trabalho expressam vivências sociais e ocupação espacial geradoras de conflitos, o que impacta diretamente na realidade local e nas estratégias sociais de análise sobre as ações do Estado e na implementação e controle das políticas sociais.

O que se observa são efeitos que tornam mais aguda a urbanização sem intervenção em políticas

sociais dos poderes públicos, o que contribui para o crescimento de desigualdades sociais profundas e precárias condições de vida, de trabalho, de cultura. São situações geradas pela forma como se organiza o capital na região e a sua relação com o Estado, sobretudo por intermédio da indústria mineradora, facilmente observáveis em outros municípios amazônicos nos quais a mineração tem se tornado a pauta principal das economias locais.

3 CONCLUSÃO: Luta de Classes - única resposta possível

O problema teórico de tais questões incide sobre no mínimo três questões: i) os fenômenos das políticas recentes do Estado e sua eficácia essencial para a expansão do capital, o que reafirma o caráter de classe do Estado capitalista que no Brasil contemporâneo tem se articulado à dinâmica mundial com incentivos à burguesia exportadora, na região norte concentrada em três áreas de produção: a soja, o minério e a agropecuária; ii) sobre os desdobramentos nas relações sociais de produção, que vão da precarização e terceirização na extração do minério, ao trabalho escravo nas fazendas, carvoarias e plantações de eucalipto, o que coloca em questão as reestruturações do capital e diferentes formas de exploração do trabalho e iii); e sobre as condições e dinâmicas da luta de classes, com resistência enfraquecida pela criminalização, assassinato por pistolagem e cooptação, colocando a necessidade de estudos mais criteriosos sobre as ações dos movimentos sociais e suas articulações com o Estado

O desafio que se coloca para nós (pesquisadores acadêmicos e sociedade diretamente atingida) é promover, **num plano de lutas imediatas**, atividades que envolvam universidades, governos e entidades dos movimentos sociais, sindicatos e populações locais em perspectivas mais abertas e efetivas de estudos e ações referentes aos processos de tomada de decisões relativas ao meio ambiente, ao desenvolvimento e às políticas públicas de cunho universais. Entendemos que a relação existente entre a comunidade científica e tecnológica e o público em geral deve ser ampliada e aprofundada permanentemente, de forma que o uso da informação e dos conhecimentos científicos possam constituir instrumentos dialógicos na implementação de políticas e de programas governamentais.

Para além disso, o questionamento que se coloca no campo da luta de classes deve ter como perspectiva novos marcos civilizatórios. Luxemburgo (2013)², ao descrever o cenário do capitalismo europeu no pré I Guerra Mundial, relata:

Os negócios prosperam sobre as ruínas. As cidades se transformam em montes de escombros, os vilarejos em cemitérios, regiões inteiras em desertos, populações inteiras em tropas de mendigos, [...]. O direito dos povos,

os tratados, as alianças, as palavras mais sagradas, a autoridade suprema, tudo está em pedaços. [...] qualquer diplomata chama seu colega na cara de canalha infame, qualquer governo assegura que o governo adversário leva seu povo à derrota, cada um desejando para o outro a execração pública [...]. Pisada, desonrada, patinando no sangue, coberta de imundície: eis como se apresenta a sociedade burguesa, eis o que ela é. Não é quando, bem alimentada e decente, ela se traveste de cultura e filosofia, de moral e ordem, de paz e de direito, mas quando ela se assemelha a uma besta selvagem, quando ela dança o sabá da anarquia, quando ela sopra a peste sobre a civilização e a humanidade que ela se mostra cruamente como é na realidade.

Nessa época de dominação internacionalizada do capitalismo em direção a todo e qualquer espaço planetário, se torna mais do que nunca nos associarmos a respostas internacionais de resistência, a começar pelas ações que confrontem as ações governamentais no plano interno. Saímos dos nossos gabinetes acadêmicos burocratizados e de nossas aulas exaustivamente preparadas e esquematizadas de acordo com parâmetros curriculares produtivistas. É necessário colocar na ordem do dia ações concretas pela unificação das muitas lutas que percorrem o mundo em apelos por uma nova ordem mundial e retomar interpelações teóricas sem os pudores impostos pela regressão teórica neoliberal. Que se retorne com urgência ao que Rosa Luxemburgo anunciou como palavra de ordem: Socialismo ou Barbárie!

REFERÊNCIAS

BORGES, C. R. C. **Através do Brasil**: taylorismos, fordismos e toyotismos. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004

DUSSEL, E. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (Org). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, set. 2005. p. 55-70. (Colección Sur Sur, CLACSO). Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>>. Acesso em: em julho de 2009.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php>. Acesso em: 2 dez. 2011.

LUXEMBURGO, R. A crise da social-democracia. **Folheto Junius**, [s. l.], 2013. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

MORAES, Ma. S. et. MENEZES, Ma. A, de. Migrantes temporários: fim dos narradores? **Nehohistória**: Revista do Núcleo de Estudos em História Oral, São Paulo, n. 1, nov. 1999.

SANTOS, J. V. T. **Conflictos agrários e violência no Brasil**: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 2000, Bogotá, Colombia. **Anais...** Bogotá, Colombia: Pontificia Universidad Javeriana, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2013.

_____, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

NOTAS

- 1 Mencionamos, entre tantos outros, o massacre pela ação policial dos 19 membros do MST em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996 e, mais recentemente, o assassinato, por pistoleiros a mando do capital privado, do casal extrativista José Cláudio e Maria do Espírito Santo, em 24 de maio de 2011, ambos com forte repercussão internacional e, mais recentemente, tendo em vista a implantação do Projeto S11D da VALE, a expulsão forçada de moradores em várias comunidades no entorno do município de Canaã de Carajás. Este último refere-se a estudos em andamento no projeto em andamento que dá título a este trabalho.
- 2 Escrito na prisão em 1915 e publicado em 1916 em protesto à I Guerra Mundial e denunciando as tendências à uma II Guerra. Num alerta em que todas as riquezas do mundo seriam subjugadas pelo capitalismo imperialista, Rosa retoma expressões de Marx e Engels a respeito do avanço do capital e a devastação que provoca em territórios colonizados no século XIX.

Celia Regina Congilio

Cientista Social
Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA)-Campus de Marabá
E-mail: conborg@uol.com.br

Universidade Federal do Pará - UFPA - Campus do Marabá

Campus Universitário de Marabá –
Campus I, Folha 31- Quadra 07- Lote Especial, Bairro Nova Marabá,
68.508-080, Marabá – PA.